

REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA CULTURA JOVEM DA DÉCADA DE 60 EM SALA DE AULA

Milton Joeri Fernandes Duarte

Faculdade de Educação da USP

A escolha do tema cultura jovem decorre da organização e desenvolvimento de um curso para alunos do Ensino Médio da rede pública do período noturno (ano letivo de 1988), cujo principal objetivo era motivá-los para as aulas fazendo-os sentir a importância do jovem no processo histórico contemporâneo da segunda metade do século XX. Em termos metodológicos a cultura jovem é um tema que pode rastrear uma questão no tempo e no espaço, lançando luz a tópicos, como cotidiano e cultura, que ficam geralmente obscurecidos nos programas escolares de história (Munakata, 1998: 287).

A dificuldade de material adequado para o curso, pois a maior parte dos textos era de natureza acadêmica, acabou determinando a elaboração de uma apostila em parceria com outro professor (Antonio Carlos Brandão), que seria transformada em um livro paradidático: “Movimentos culturais de juventude” (Coleção Polêmica), Ed. Moderna, 1990.

Essa experiência pedagógica possibilitou o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica, em andamento, que visa esclarecer algumas dúvidas que surgiram ao longo desses treze anos de sala de aula, procurando refletir sobre as representações acadêmicas utilizadas para entender os anos 60 em confronto com o imaginário cultural dos alunos do Ensino Médio de hoje.

Como sabemos, os anos 60 representam um conjunto de fenômenos históricos de vastas proporções e de difícil compreensão devido à quantidade e à velocidade dos acontecimentos daquele período que misturavam político e cultura, transformando valores e padrões de comportamento, ao mesmo tempo, que esses, por sua vez, desencadeavam uma série de novos acontecimentos. Seria pobre explicá-lo apenas como uma série de movimentos políticos, ou ainda reduzi-lo simplesmente a uma revolução de costumes baseada em sexo, drogas e rock ‘n’ roll, pois a década de 60 é tudo isso junto e muito mais, trata-se do mundo em movimento, com seus conflitos, projetos e sonhos de mudanças, gestos de revolta, lutas apaixonadas, revoluções nos costumes, na música, nas artes plásticas, no comportamento e nas relações pessoais, no estilo de vida, e nas tentativas novas não apenas em derrubar o poder vigente mais propor uma relação diferente entre a política, a cultura e a sociedade.

A movimentação política, mesmo quando identificada como populista, impregnava o ar, impedindo, por um lado, aos atores sociais perceberem que sob seus pés se construía uma tradição moderna, mas, por outro, lhes abria oportunidades até então desconhecidas. Não deixa de ser significativo apontar que várias das produções culturais do período se fizeram em torno de

movimentos, e não exclusivamente no âmbito da esfera privada do artista. Teatro Arena, música engajada, jovem guarda, tropicalismo, cinema novo, CPCs da UNE, eram tendências que congregavam grupos de produtores culturais animados, se não por uma ideologia de transformação do mundo, pelo menos de esperança por mudança. Nesse sentido podemos dizer que cultura e política caminhavam juntas, nas suas realizações e nos seus equívocos (Ortiz, 1995: 110).

Situar historicamente esses movimentos e refletir sobre essa experiência artístico-cultural no contexto de um período tão conturbado como a década de 60 é uma exigência intelectual para se entender os movimentos jovens no final desses anos no Brasil e tentar explicitar um pouco desse imaginário revolucionário que permeia esse período.

Os inúmeros movimentos de transformação social, que as últimas décadas viram surgir, tiveram nos jovens um dos seus principais articuladores. Isso se deve não apenas ao seu poder de mobilização - que não foi nada pequeno -, mas, principalmente, pela natureza das idéias que colocaram em circulação, pelo modo como as veicularam e pelo espaço de intervenção crítica que abriram. Não foram apenas novos atores históricos que surgiram na cena do já tumultuado debate político-cultural das últimas décadas. Com um novo discurso e uma nova prática social, esses jovens possibilitaram o exercício mais sistemático de um tipo de crítica social que, até então, nunca se vira ou ouvira.

Apesar da divergência entre a visão de mundo dos adultos e a dos jovens, estes, com seu sistema de valores próprio, só acabaram se manifestando mais declaradamente a partir dos anos 50, quando surgiu a chamada "cultura da juventude", dentro e fora dos Estados Unidos, reflexo da expansão do capitalismo em busca de novos mercados consumidores. E foi através dos meios de comunicação que essa cultura se difundiu no interior desses mercados.

Estando esse fenômeno ligado à expansão do capitalismo e à evolução dos meios de comunicação, não é de se estranhar que essas manifestações atravessassem fronteiras e chegassem também ao nosso país, influenciando muitos de nossos movimentos culturais, especialmente, no campo da música (jovem guarda, tropicália etc.), trazendo consigo uma grande variedade de novos elementos que, cedo ou tarde, acabariam contribuindo para a formação de significativas propostas de análise e transformação da sociedade brasileira.

É importante dizer que a idéia de que à juventude cabe sempre o papel de renovação da ordem social é um tanto quanto limitada. Não devemos nos esquecer daqueles movimentos juvenis que já nasceram conservadores como, por exemplo, o C.C.C. (Comando de Caça aos Comunistas), que combatia os estudantes de esquerda no final da década de 60 no Brasil; ou os grupos de jovens neonazistas da Europa e Estados Unidos. Mas a nossa reflexão tem como foco apenas aqueles movimentos que se opuseram aos padrões conservadores da sociedade, procurando mostrar também

que, apesar desse caráter revolucionário, tais manifestações foram oportunamente assimiladas e transformadas em valores e mercadoria pela sociedade.

Drogas, misticismo, pacifismo, ecologia, feminismo, revolução sexual, manifestações estudantis, greves, passeatas, barricadas e confrontos: eis alguns dos pontos que compõem uma breve análise desse quadro explosivo do pós-guerra, e que se tornou parte integrante do imaginário juvenil contemporâneo.

Embora bastante próxima no tempo, a década de 60, ponto alto dessas manifestações, já faz parte de um passado histórico que se torna cada vez mais distante do nosso dia-dia. Os tempos mudam e fica difícil, então, reconstruir parte da movimentação cultural desse período, devido à velocidade e fragmentação de informações dos meios de comunicação, que tanto marcaram, de modo radical e definitivo, a experiência da juventude.

Outro aspecto importante dessa reflexão é que a indústria cultural da qual a cultura jovem faz parte, encontrava-se presente no cotidiano dos jovens daquela época e tornou-se muito mais efetiva nos dias de hoje, evidenciando assim a força com que os meios de comunicação penetram na nossa sociedade e interferem no cotidiano desses jovens. Tais veículos, cujo principal objetivo seria fomentar o consumismo, acabam, em maior ou menor grau, provocando atitudes críticas por parte da juventude.

Isso acontece também porque a cultura de massa se torna a grande fornecedora dos mitos condutores do lazer, da felicidade, do amor, através da qual nós podemos compreender o movimento que impulsiona a sociedade, não só do real para o imaginário, mas também do imaginário para o real. Ela não seria só evasão, ela seria ao mesmo tempo, e contraditoriamente, integração (Morin, vol. 1, 1986: 90). Portanto, isso evidencia porque o jovem, a partir da criação, da influência e do consumo de determinados produtos culturais, vem ocasionando, ao longo dessas últimas décadas, mudanças no comportamento social, introduzindo novas concepções de vida e de valores, fazendo com que o aluno de hoje tenha uma visão diferenciada sobre uma determinada realidade histórica, mesmo que ela tenha ocorrido a menos de meio século.

A importância das representações sociais nas pesquisas sobre o ensino de história

Como sabemos, é impossível reduzir o ensinar-aprender a movimentos mecânicos, pela supressão, que se quer efetiva, do que sustenta e define as condutas e as estratégias pedagógicas. A experiência que marca o indivíduo está em seu aprender, delimitando-o. Nesta perspectiva, aprender supõe ensinar, numa articulação contínua que atualiza, a cada passo, experiências que se revertem, invertem ou convertem. Nós professores de história somos todos aprendizes e ensinantes, integrando tempos e espaços nas presenças-ausentes ou ausências-presentes (Madeira, 2000: 243).

Por outro lado, vivemos um período que se define pela expansão das relações virtuais em inúmeras instâncias sociais, redimensionando, conseqüentemente, as categorias espaço e tempo,

relações sociais e culturais. Época, segundo Ernesta Zamboni, na qual o espaço é cada vez menor, o tempo cada vez mais veloz, e as relações sociais mais voláteis. Assim, a consideração pelo imaginário deixa de ser uma visão deformadora do conhecimento para se tornar um objeto de um estudo na vertente da história cultural e das mentalidades, desenvolvendo-se no momento em que as posturas interpretativas, que com já foi enfatizado, também não dão conta do real.

Para Zamboni, essas transformações ocorreriam em diferentes momentos do social e o processo educativo não estaria excluído e nem independente de todas estas mudanças. Elas envolvem um conjunto de relações existentes entre os significantes (imagens, palavras e sons) e os seus significados (as representações). Tratando-se das análises das representações construídas para atender às exigências educacionais, segundo a autora, o nosso olhar dirige-se a várias situações da qual essa pesquisa faz parte – uma delas ligada à apreensão e construção do conhecimento em sala de aula, isto é, a relação de aprendizagem existente entre os professores e os alunos-, e a outra, às múltiplas mercadorias produzidas pela indústria cultural, como vídeos, livros, filmes, músicas, pinturas, gravuras, fotografias, enfim, todos os materiais considerados didáticos.

Daí a necessidade de confrontarmos o texto e suas representações acadêmicas com o imaginário do jovem de hoje, pois, para Roger Chartier, todas as práticas históricas dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao seu mundo (Hunt, 1992: 25). Explicitando-se algumas representações dos jovens de hoje em confronto com o imaginário acadêmico sobre os anos 60 no Brasil, poderemos estabelecer novas estratégias pedagógicas que aproximem a “visão de mundo” do aluno das representações acadêmicas do conhecimento histórico.

Para Michel Vovelle, “visão de mundo” seria a idéia mais próxima do que se entende por imaginário. Constitui-se em algo mais amplo que a ideologia por integrar *”o que não está formulado, o que permanece aparente como ‘não significante’, o que se conserva muito encoberto ao nível das motivações inconscientes”* (Pesavento, 1995: 13).

Linhas de pesquisa recentes indicam a utilidade da abordagem das representações sociais relacionadas ao ensino de história, principalmente aquelas que se referem aos fenômenos de descontextualizações e recontextualização sucessivos do conhecimento que ocorrem a cada etapa de sua transmissão social (do saber acadêmico ao saber apresentado ao aluno) por processos de seleção e reorganização da informação. As práticas sociais sucessivas (seleção dos conteúdos do ensino, planejamento do ensino pelo professor e a utilização dos recursos pedagógicos) operam, a cada vez, reconstruções de um objeto novo, representações sociais sucessivas do saber científico inicial, finalizadas pelos objetivos das práticas sociais implicadas. A questão se complica ainda mais se considerarmos que os alunos não abordam a maior parte desses objetos de ensino com a mente vazia de conteúdos, mas com todo um conjunto de representações “ingênuas” enraizadas elas

próprias em crenças, usos e práticas de seu meio, o que nos remete outra vez à questão das representações sociais (Alves-Mazzotti, 1994: 74).

Esse tipo de pesquisa mostra que a consideração dos grandes sistemas organizados de significações que constituem as representações sociais é útil à compreensão do que se passa na sala de aula durante o processo de ensino-aprendizagem propriamente dito, tanto do ponto de vista dos objetos do conhecimento a ser ensinado, quanto dos mecanismos psicossociais em ação no processo educacional.

No estudo da representação social encontram-se aproximações que interessam às pesquisas em educação, particularmente as que são feitas com atenção a conceitos que se formam no cotidiano das experiências (das práticas escolares), podendo constituir-se em critérios de pensamento, interpretações e atitudes. Compreende-se, desse modo, que o estudo de representações aplicadas às práticas pedagógicas, seja em bases marxistas, do imaginário ou da psicologia social, traz perspectivas de análise de especial interesse, levando-se em conta não só a importância da relação entre conhecimento (ensino e produção) e realidade social, como também o princípio pedagógico de aprendizagens significativas, críticas e conscientes sobre o conhecimento histórico (Rangel, 1994: 180).

O estudo das representações sociais dos nossos alunos sobre determinados temas históricos pode, em alguns casos, contradizer e negar a afirmação da escassez de quantidade e qualidade das informações consumidas pelos alunos no seu cotidiano, principalmente os de baixa renda. Confrontados com os indicadores sociais, os conceitos e imagens ideais sobre os jovens e seus movimentos políticos-culturais expressam situações que, apesar de uma identificação inicial proporcionada pelas atitudes de rebeldia e transgressão da cultura jovem ao longo do tempo, essas atitudes são vivenciadas ou reconhecidas de uma outra forma pelos jovens da atualidade, o que dificulta a compreensão dos principais aspectos históricos desses movimentos juvenis.

Levando-se em conta a possibilidade de influência das representações no pensamento e ação social, reconhecem-se os desvios e fatores de alienação que as representações do processo pedagógico podem sugerir ao aluno, prejudicando a compreensão consciente e crítica da sua história de vida e do processo histórico do qual faz parte.

Por isso um dos principais focos da minha pesquisa é de como o discurso sobre a cultura jovem, na segunda metade da década de 60, no Brasil, influenciado pelas representações políticas e artísticas dos protagonistas do período, reflete no imaginário e nas representações sociais dos alunos do Ensino Médio no início do século XXI.

Acredito que por meio dessa reflexão poderemos explicitar algumas representações dos jovens de hoje em confronto com o imaginário dos anos 60 no Brasil, podendo estabelecer novas

estratégias pedagógicas que aproximem a “visão de mundo” do aluno das representações acadêmicas do conhecimento histórico sobre essa década explosiva.

Notas

1- A realidade do capitalismo monopolista, instalando-se com plenitude na sociedade brasileira desde 1964, é definida, no plano do relacionamento entre as diferentes camadas e setores sociais, sob a forma de tensões que se irradiam para a sociedade como um todo, a partir do núcleo dinâmico formado pela classe média dependente. O movimento estudantil representaria uma das expressões políticas do estado de tensão, assim dinamizado. Histórica e socialmente, a sua tarefa seria catalisar tais tensões em direções socialmente explosivas, mas não irreversíveis. (FORACCHI, 1972: 148).

2- Essa representação é sempre produzida coletivamente, ou seja, por um grupo, mas não qualquer grupo. Para o estudo das representações sociais, a concepção de grupo não se limita a um conjunto de indivíduos que mantêm determinada relação com o objeto de representação, seja porque ele é parte de sua existência, seja porque não têm como ignorá-lo. Daí a necessidade de “certos” grupos construírem sua própria “representação”, quando colocados diante de certos “objetos”, “ancorando-os” em sistemas de normas e valores próprios de sua cultura, de sua tradição, e sobre as quais os grupos se apóiam para garantir sua identidade enquanto grupo e a coesão entre os seus membros (COSTA & ALMEIDA, 2000: 253).

Bibliografia

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. “Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação”. In: Em Aberto. Brasília, nº 61, 1994, p. 60-78.
- BRANDÃO, Antonio Carlos & DUARTE, Milton Fernandes. Movimentos Culturais de Juventudes. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção polêmica).
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 5, nº 11, 1991, p.173-191.
- COSTA, Wilse Arena da & ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. “A construção social do conceito de bom professor”. In: MOREIRA, Antonia Silvia Paredes (org.) & OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2ª ed. Goiânia: AB, 2000, p. 251-269.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.
- HUNT, Lynn (org.). A nova história cultural. São Paulo, Martins Fontes: 1992. (Coleção o homem e a história).
- MADEIRA, Margot Campos. “Um aprender do viver: educação e representação social”. In: MOREIRA, Antonia Silvia Paredes (org.) & OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2ª ed. Goiânia: AB, 2000, p. 239-250.
- MORIN, Edgar. Cultura de massa no século XX - O espírito do tempo (vol. 1 & 2). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- MUNAKATA, Kazumi. “História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil”. In: FREITAS, Marcos Cezar. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo, Contexto, 1998, p. 271-296.

- ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Contexto / ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995, p. 9-27.
- RANGEL, Mary. “Representação e leitura crítica do mundo nos livros didáticos”. In: Em Aberto. Brasília, nº 61, 1994, p. 177-185.
- ZAMBONI, Ernesta. “Representações e linguagens no ensino de história”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Contexto / ANPUH, vol. 18, nº 36, 1998, p. 89-101.